

Geon. Brasil

COMPUTADORES

Impressoras Matriciais - Laser - Jato de tinta - FAX
Aluguel 253-6712 e 253-6388

GEORGE VIDOR



Agenda para 98

Tal qual o ajuste fiscal teve de ser antecipado pelo Governo por causa da crise que os países do Sudeste da Ásia desencadearam nos mercados, também não vai dar para ficar empurrando com a barriga a reforma tributária. O Congresso Nacional aprovou a prorrogação da CPMF (o tributo que incide sobre qualquer movimentação bancária) até 1999, mas antes disso o Tesouro terá de encontrar uma maneira de substituir esta receita.

O ideal seria que a arrecadação da CPMF se tornasse dispensável por força de cortes em várias despesas. As funções do setor público estão sendo redesenhadas no Brasil, mas ainda assim as atividades remanescentes continuam a ser um buraco negro que faz desaparecer qualquer dinheiro em sua caixa.

A saúde é um dos exemplos desse poço sem fundo. Para 1998, o Governo federal programou gastos de mais de R\$ 19 bilhões, incluindo salários de profissionais do setor (cerca de R\$ 5 bilhões), despesas ambulatoriais, internações (R\$ 13 bilhões) e investimentos diretos em estados e municípios (R\$ 1,2 bilhão). Em termos reais, esses gastos serão equivalentes aos de 1997, o que significa que a área de saúde não foi afetada pelos cortes que o pacote fiscal promoveu no Orçamento. Os estados deverão desembolsar R\$ 6,2 bilhões e os municípios mais R\$ 4,6 bilhões com a saúde.

Nem por isso deve-se esperar que a rede conveniada do Sistema Único de Saúde (SUS) passe a funcionar nos trinques. Em 1998 não deixaremos de ler nos jornais reportagens sobre pessoas sofrendo nas filas de espera dos hospitais, pacientes mal atendidos, santas casas reclamando de atrasos nos pagamentos ou dos baixos valores da tabela usada pelo SUS para ressarcir serviços médico-hospitalares etc. O sistema de saúde se resiste de boa gerência. Onde a rede pública funciona direito, não há mistério: por trás há uma administração eficiente, controlando custos e aplicando o dinheiro escasso no momento e nos lugares certos.

Na educação, a situação não é muito diferente. Os reitores das universidades já andam em pé de guerra, dizendo que não têm mais verbas nem para pagar contas de luz, água ou telefone. É o mesmo problema do sistema de saúde: as universidades federais, com raras exceções, não são um primor de administração. Como o Governo federal também não sabe distinguir quem trabalha sério daqueles que estão apenas usando a universidade para outros fins, o corte linear no repasse das verbas acaba atingindo em igual intensidade a todos, aumentando a sensação de injustiça e de desprezo dos governantes pela pesquisa essencial para o desenvolvimento do país.

Para não ficar em um beco sem saída, o Governo terá então que acelerar a reforma tributária que está em banho-maria no Congresso Nacional.

O Banco Central já deveria ter promovido uma nova redução nas taxas de juros. Antes da crise no Sudeste da Ásia as taxas aqui estavam suficientemente altas para desacelerar a economia — e havia sinais claros de que isso começava a ocorrer. A elevação dos juros foi necessária para neutralizar o ataque especulativo, mas passado o pior momento, mantê-los nesse patamar de 2,9% ao mês parece um sacrifício inútil, pois o mesmo resultado,

principalmente no que se refere às contas externas do país, podem ser alcançados com taxas bem inferiores.

Imune a um outro ataque especulativo o país não está, até porque continuará dependendo de poupança externa para financiar o seu déficit em transações correntes (que, na melhor das hipóteses cairá de 4,3% em 97 para 2,5% do PIB no ano que vem). Tudo leva a crer que as economias do Sudeste da Ásia vão levar ainda vários meses até os ânimos serenarem por aquelas bandas. No entanto, ficou evidente nessa crise que a América Latina e o Brasil não são mais alvos tão fáceis. Já se pode então sair do regime de prontidão e passar para o de semi-alerta.

O pacote fiscal, por si só, significará um forte tranco na economia. Juros tão altos representam dose dupla. Passam do campo das medidas preventivas e oportunas para o do sadomasoquismo.

Grandes empresas, multinacionais principalmente, já perceberam que terão de diminuir suas importações daqui para frente, aumentando o índice de nacionalização de seus produtos. É improvável que o Governo volte a criar dificuldades burocráticas ou barreiras não alfandegárias para conter as importações, mas pode promover novo entendimento no Mercosul para elevar tarifas, se for o caso.

A Xerox, por exemplo, tem um plano para chegar ao ano 2000 com balança comercial equilibrada, exportando tanto quanto importa. Para isso vai fabricar no Brasil impressoras digitais e máquinas que fazem cópias coloridas.

As copiadoras tradicionais, analógicas, usadas pela maioria das empresas, ainda representam 60% do faturamento da Xerox. É uma proporção que não difere muito das outras subsidiárias da corporação espalhadas pelo mundo.

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e a Câmara de Liquidação e Custódia (CLC) estão com mais de R\$ 26 milhões em caixa. Nem por isso a BVRJ pretende ficar à frente da obra para concluir o seu prédio na Praça XV.

As atuais instalações, ultraconfortáveis, são mais do que suficientes para abrigar a bolsa e a CLC. Dessa forma, o novo prédio representa apenas um investimento imobiliário, e os dirigentes da BVRJ preferem que a obra seja então transferida para alguma incorporadora que aceite dar alguns andares do futuro prédio à bolsa em troca do terreno.

Na construção do edifício agora ocupado pela bolsa a entidade gastou R\$ 23,6 milhões. A obra foi interrompida diversas vezes e acabou saindo muito cara. Mas no futuro o prédio terá uma grande valorização, já que os andares atuais estarão ligados aos novos, formando um espaço corrido de um tamanho dificilmente encontrável no Centro do Rio.